

PASTORAL DA Terra

VIOLAÇÃO DE DIREITOS

Movimentos de luta por terra e território enfrentam ameaças e tentativas de criminalização P4

MARCHA

Mulheres de todo o país se mobilizam para a Marcha das Margaridas P12

MAIO A AGOSTO DE 2023

| N° 260 | ANO 48

| WWW.CPTNACIONAL.ORG.BR

| f @ t v @CPTNACIONAL



ANIVERSÁRIO

CPT: 48 anos de luta e esperança com o povo da terra, das águas e da floresta

Rumo ao seu meio século e diante de desafios que se renovam, a CPT permanece com o compromisso de ser instrumento de denúncia de injustiças e anúncio de um novo mundo de dignidade P8e9



Arquivo CPT

DA REDAÇÃO

EDITORIAL

O esperar de uma paz inquieta

Entramos em 2023 com uma sensação coletiva de alívio. Teoricamente, freamos um movimento de extrema direita do comando do país. Essa vitória eleitoral é resultado de um esforço do conjunto da sociedade, um mutirão em defesa da democracia brasileira.

Este ano marca, também, uma década das mobilizações, inicialmente conduzidas pelo Movimento Passe Livre - MPL, que em junho de 2013, fez surgir outro cenário na política brasileira: as ruas foram

tomadas em mais de 500 cidades por estudantes e por parte significativa da classe trabalhadora. As reivindicações cobravam recursos para saúde, educação, passe livre estudantil e o fim da corrupção.

Os que creditam ao MPL a chegada da extrema direita à presidência da República cometem um equívoco anacrônico. Aquelas milhões de pessoas nas ruas exigiam, em sua origem, serviços públicos de qualidade e acessíveis. Um Estado amplo, garantidor dos

direitos universais.

Passados mais de seis meses do governo LULA, por um lado, a sensação de alívio cresce: ação solidária com o povo Yanomami, aumento do salário mínimo, redução no preço do gás e da gasolina, escutas populares, plano Safra; por outro lado, o sentimento de continuidade permanece: 364,22 bilhões para o agronegócio, demora nas nomeações nas superintendências do Inbra, uso da sobra do orçamento secreto para saciar os parlamentares fisiológicos. Em

nome da “governabilidade”, o Executivo federal anda a passos largos para atender à sanha do agronegócio.

Mirando no horizonte, observando a amplitude das mobilizações de 2013 e os passos do governo, cumpre apressar as marchas por demarcação e pela homologação dos territórios, por reforma agrária e por alimentos saudáveis aos que passam fome. O bom Alívio deve dar lugar ao esperar freiriano: “...esperar é se levantar, esperar é ir atrás, esperar é construir”

PUBLICAÇÕES



Divulgação

Empresas e violações de direitos na ditadura

Este Informe Público é organizado pela Universidade Federal de São Paulo, através do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense, e relata o envolvimento de 10 empresas públicas e privadas com violações de

direitos durante a ditadura militar. Aracruz, Cobrasma, CSN, Docas, Fiat, Folha de S. Paulo, Itaipu, Josapar, Paranapanema e Petrobras foram investigadas pela Comissão Nacional da Verdade por crimes como trabalho escravo, perseguição e tortura a trabalhadores.

A CPT contribuiu com parte dos levantamentos documentais, a partir do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino e do acervo do regional Pará. Atuou, ainda, na incidência política e nos registros das violências sofridas pelas famílias da região.

Baixe gratuitamente: unifesp.br/reitoria/caaf



Divulgação

Vivendo em territórios contaminados: Um dossiê sobre agrotóxicos nas águas do Cerrado

Esta publicação é uma iniciativa da Campanha Nacional em Defesa do Cerrado e da CPT, com parceria da Fiocruz, e mostra os resultados de uma

pesquisa-ação implementada em sete territórios do Cerrado, realizando análises toxicológicas da qualidade das águas em comunidades locais.

O resultado é alarmante: cerca de metade dos agroquímicos aprovados no Brasil não são autorizados para uso na Europa, pois trazem riscos à saúde humana e ao meio ambiente. Esses produtos, combinados com sementes transgênicas, são utilizados nas lavouras do país, via pulverização terrestre e aérea, impactando o ar, as plantas, as águas, o solo, a biodiversidade e toda a população.

Baixe gratuitamente: campanhacerrado.org.br/biblioteca



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)

Secretaria Nacional
Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás
CEP.: 74030-090
Fone: (62) 4008-6466
Fax: (62) 4008-6405
www.cptnacional.org.br
comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente
Dom José Ionilton

Vice-Presidente
Dom Sílvio Guterres

Coordenadores Nacionais
Andréia Silvério
Carlos Lima
Isolate Wichinieski
Ronilson Costa

Redação
Júlia Barbosa
Carlos Henrique Silva (5197/PE)
Heloisia Sousa
Rede de Comunicadores/as da CPT

Jornalista responsável
Carlos Henrique Silva (5197/PE)

Impressão
Gráfica e Editora América Ltda.

Diagramação
Refleite Editorial - Vinicius Pontes
www.refleiteeditorial.com

Assinaturas
Anual R\$ 30,00
Pagamento pode ser feito por meio de depósito no Banco:
Caixa Econômica Federal
Agência 4520 Operação 003 Conta/DV 648-6
IBAN BR51 0036 0305 0452 0000 0006 486C 1
SWIFT da CEF: CEFXBRSP

Razão Social
Comissão Pastoral da Terra

CNPJ / PIX
02.375.913/0001-18

Informações
cpt@cptnacional.org.br

Tiragem
3.000 exemplares

Apoio



FIQUE INFORMADO

Mesmo com condenação, crimes em Colniza/MT continuam impunes



Cato Motta

O ataque vitimou nove camponeses em 2017

Mais de seis anos depois de um dos mais sangrentos ataques a trabalhadores rurais do estado de Mato Grosso, vitimando 9 camponeses na gleba Taquaruçu do Norte, no município de Colniza, parece que a justiça começa a ser feita. O primeiro dos três acusados de participarem da chacina, Ronaldo Dalmoneck, foi condenado a 200 anos de prisão em júri popular. Contudo a decisão não põe fim ao conflito, e a sensação de impunidade continua presente na região, já que estão sendo condenados os executores, mas não os mandantes ou articuladores da chacina.

De acordo com a denúncia do Ministério Público Estadual (MPE), além de Dalmoneck, constam como réus no processo: o empresário do ramo madeireiro Valdelir João de Souza, apontado como mandante do crime; o ex-sargento Moisés Ferreira de Souza, além de Pedro Ramos Nogueira e seu sobrinho Paulo Neves

Nogueira. O ataque aos trabalhadores, ocorrido em 19 de abril de 2017, não deu chance de defesa ou fuga para as vítimas, que acabaram sendo rendidas, torturadas e mortas.

Levantamento realizado pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduino aponta que 9.253 famílias de Mato Grosso foram vítimas de 147 ocorrências de conflitos por terra em 2022. Esses dados colocam o estado na 1ª posição no ranking do Centro-Oeste e em 5º lugar no ranking nacional deste tipo de conflito.

Outras mortes individuais e tentativas de massacre continuaram ocorrendo em Colniza após 2017, como o caso do trabalhador Eliseu Queres, assassinado em 2019, em um ataque que deixou outros nove feridos. Em 2022, outro trabalhador rural foi morto na fazenda da família Gringos.

Fonte: Assessoria de Comunicação CPT Nacional, com informações da CPT/MT

Dom José Ionilton é eleito para Comissão de Ação Sociotransformadora da CNBB

O presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e bispo da Prelazia de Itacatiara (AM), Dom José Ionilton de Oliveira, foi eleito pelo Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para integrar a Comissão Episcopal para Ação Sociotransformadora (Cepast), no quadriênio 2023-2027. A Comissão é presidida pelo bispo de Brejo (MA), dom José Valdeci

Santos Mendes.

“A Comissão tem a atribuição de fortalecer a participação da Igreja na formação do desenvolvimento humano integral, na construção de uma sociedade justa e solidária, promovendo o respeito aos Direitos Humanos, à luz do Evangelho, da Doutrina Social da Igreja e da opção pelos pobres”, afirma a CNBB.

Fonte: Site da CNBB



Divulgação

Dom José Ionilton

49 anos do martírio de Frei Tito

O dia 10 de agosto marcou os 49 anos da morte de Tito de Alencar Lima, o Frei Tito, que teve o seu martírio enquanto estava exilado na França. Descrito como um jovem sonhador, pesquisador e atento à sua realidade, Tito nasceu em Fortaleza/CE. Ao longo de sua curta e intensa vida de 28 anos, envolveu-se com grupos religiosos com perspectiva de ação política, como a Juventude Agrária Católica (JAC), junto ao grande amigo de caminhada, Frei Betto.

O engajamento de Tito por uma igreja com vivência mais presente na sociedade o levaria a lutar contra a ditadura e, como consequência disso, foi preso, torturado e ex-

pulso do país. Mas as marcas da brutalidade dos militares permaneceram presentes na sua mente, através de fantasmas de perseguidores que o atormentavam sem trégua, consumindo-o de forma tão profunda, que, mesmo submetendo-se a um tratamento psiquiátrico, o frei não suportou e acabou tirando a própria vida. O delegado que foi seu principal algoz acabou morrendo antes de ser julgado.

Mas Frei Tito vive, na proposta de buscar estar na vida das comunidades, ler e interpretar a Bíblia junto com o povo, a fim de obter os elementos

que ajudem a olhar e transformar a realidade.

Fonte: Núcleo Piratininga de Com.



Reprodução

MOVIMENTOS

VIOLAÇÃO DE DIREITOS

Lutar por vida digna não é crime

Movimentos de luta por terra e território enfrentam ameaças e tentativas de criminalização

Júlia Barbosa
julia@cptnacional.org.br

Desde que o nome Brasil foi imposto ao solo de Pin-dorama, lá em 1500, com a invasão portuguesa, o campo brasileiro é um espaço de disputas profundas. 523 anos depois, a realidade agrária do país ainda é marcada por conflitos violentos, que não se limitam aos territórios, mas se estendem, também, aos espaços institucionais de poder. Prova disso é a atual conjuntura de ameaça aos direitos dos povos do campo, das águas e da floresta, e de criminalização das lutas desses povos, como o projeto do Marco Temporal e a CPI do MST. É preciso dizer que a origem dos problemas

Ato contra o Marco Temporal, 7 de junho de 2023, Brasília/DF.

agrários e da má distribuição de terra no Brasil está diretamente ligada à escravidão e à colonização. Por consequência, ainda hoje, a realidade de indígenas e de negros em relação ao acesso à terra e ao território continua dramática. Não à toa, de acordo com o Atlas do Espaço Rural Brasileiro (2020), em grandes propriedades com mais de 10 mil hectares, quase 80% dos proprietários são brancos. Enquanto isso, mais de 200 terras indígenas aguardam demarcação, de acordo com a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – Apib.

Além da concentração fundiária, os povos camponeses e originários ainda enfrentam a grilagem de terras, o garimpo ilegal, a invasão de territórios indígenas e a expressiva violência no campo, em acampamentos e assentamentos. Face a essa realidade, não resta outra alternativa a não ser lutar por direitos e por vida digna nesses espaços. Coordenador executivo nacional da Comissão Pastoral da Terra, Carlos Lima avalia que os movimentos sociais cumprem o papel de organizar o povo, dar sentido à terra e aos bens naturais de forma sustentável, além de defender um projeto de Brasil a favor da vida.

Terra é direito!

Em contrapartida, os movimentos sofrem com as tentativas de criminalização das lutas,



Ato em solidariedade ao MST, na sede da ONU em Genebra, Suíça, em 2013

como a CPI do MST, uma investigação instalada na Câmara dos Deputados que tem como objetivo apurar ocupações de terra e suas fontes de financiamento, mas que não se limita a ele, tendo como alvo todas as organizações populares de luta pela terra, como avaliam lideranças de outras entidades.

“Querem criminalizar nossa luta por meio de uma CPI é estratégia para omitir as reais mazelas do campo brasileiro”, afirma a nota da direção nacional do MST. De acordo com o Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (Cedoc), da CPT, apenas em 2022, foram assassinadas 47 pessoas devido a conflitos por terra, água e trabalho no campo, além de 123 tentativas de assassinato, 206 pessoas ameaçadas de morte, 14 torturadas, 76 presas e 97 agredidas.

Território é direito!

Paralelo a isso, povos indígenas sofrem com tentativas de desterritorialização, na luta contra o Marco Temporal, que representa a maior ameaça aos direitos originários e de seus

territórios ancestrais nas últimas décadas. Além de impedir o direito constitucional, o projeto de lei abre terras indígenas (TIs) já demarcadas à exploração econômica predatória, como o garimpo, as hidrelétricas e o agrogarimpo, deixando as comunidades ainda mais vulneráveis às ações violentas e criminosas, características desses empreendimentos.

Segundo a coordenadora executiva nacional da CPT Isolde Wichinieski, esse projeto acelera o processo histórico de genocídio que essas populações enfrentam. Dados do Cedoc registram 661 ocorrências de invasões de TIs na última década. Ainda, revela que, das 47 pessoas assassinadas devido a conflitos por terra, água e trabalho no campo em 2022, 18 eram indígenas. Portanto, a tese do Marco Temporal nega a realidade brasileira de conflitos, violação de direitos, usurpação e expropriação de territórios originários.

Diante de toda essa conjuntura, a CPT reafirma o seu compromisso histórico de luta junto aos povos do campo, das águas e da floresta.

DIREITOS

ESCOLAS RURAIS

Pelo direito à educação do campo, comunidades resistem

No combate ao fechamento e sucateamento das escolas rurais, instituições e movimentos sociais camponeses passam a compor Conec, recriada em maio

Heloisa Sousa
heloisa@cptnacional.org.br

O campo representa, atualmente, 36% do total da população do Brasil, segundo dados da pesquisa “Repensando o Conceito de Ruralidade no Brasil”, realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em parceria com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, com o Ministério do Planejamento e com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em 2015. No entanto, entre 1997 e 2018, 80 mil escolas de educação rural foram fechadas no país, uma média de 4 mil por ano, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep).

Apesar da Lei 12.960, sancionada em março de 2014, que exige que a comunidade escolar seja ouvida e a que Secretaria de Educação do estado tenha que justificar a necessidade de encerramento das atividades da escola, os dados do

Inep indicam que não houve queda no número de escolas fechadas. Para Douneto Ribeiro, diretor da Escola Família Agrícola de Goiás (Efago), no município de Goiás, os interesses do poder público em diminuir os investimentos em educação e em desestimular a discussão das questões agrárias e territoriais são os principais fatores para o fechamento das escolas rurais.

“Se cria uma mentalidade para o jovem de que é na cidade que ele vai prosperar, mas se esquece de dizer que a humanidade precisa desse jovem nas várias categorias profissionais, tanto no campo, quanto na cidade, e precisar garantir o direito dele de ter uma boa formação, o que não é possível se isso é tratado como gasto”, explica.

Altamiran Ribeiro, representante da CPT Piauí e diretor da Escola Família Agrícola Vale do Gurguéia (Efavag), no município de Cristino Castro (PI), destaca a importância do projeto pedagógico de educação rural que trabalha, junto



Precarização da infraestrutura é mais um dos problemas enfrentados pelas escolas rurais

aos estudantes, a construção do diálogo entre as diversas populações camponesas e a valorização de seus modos de vida. “A educação do campo envolve a cultura, a tradicionalidade e os conhecimentos empíricos da comunidade, já a educação convencional descarta tudo isso. As Escolas Família Agrícola vêm com a proposta de que o jovem tenha uma formação sem perder seus laços e sem tirar o conhecimento que ele já tem do meio rural”.

Para os diretores, as comunidades do campo têm enfrentado, constantemente, o desafio de combater a nucleação das escolas rurais na cidade, que leva ao aumento da evasão escolar dos jovens do campo e ao discurso de que o modo de vida camponês é ultrapassa-

do. “A questão é refletir sobre como campo e cidade podem se unir para pensar a vida desse jovem, com toda a estrutura intelectual que já temos construídas junto às organizações sociais que valorizam essas famílias, com suas culturas e modos de viver”, completa Douneto.

CPT na Conec

Em maio deste ano, o Ministério da Educação (MEC) instituiu a rearticulação da Comissão Nacional de Educação no Campo (Conec), criada em 2007. A Comissão Pastoral da Terra está entre as entidades e órgãos que compõem a Conec, na missão coletiva de acompanhar, formular e avaliar políticas de educação para jovens e adultos do campo e a implementação da Política Nacional

de Educação do Campo.

“A participação da CPT e das outras entidades e movimentos sociais do campo é fundamental para que sejam propostas e implementadas políticas educacionais que contemplem a diversidade da população camponesa. Cada povo tem sua história, sua forma de valorizar suas vivências e isso precisa ser respeitado”, destaca Waldecio Campos de Souza, coordenador regional da CPT Minas Gerais e representante da instituição na Conec.

“É fundamental que, com a recriação da Comissão de Educação no Campo, a gente consiga reduzir, a curto prazo, a gritante desigualdade de acesso à educação entre campo e cidade no Brasil”, completa.

MOVIMENTOS

INCIDÊNCIA POLÍTICA

CPT entrega relatórios a ministérios para o combate à violência no campo

Visitas e entrega de documentos também foram realizadas nos ministérios do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Desenvolvimento Agrário e Direitos Humanos e Cidadania

Carlos Henrique Silva
comunicacao@cptnacional.org.br

Como estratégia de incidência junto ao poder público, a Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT) tem realizado visitas e reuniões nos ministérios, como forma de aproveitar a retomada do espaço de diálogo com o atual Governo Federal, e pressionar por ações efetivas contra a violência e na defesa dos direitos dos povos do campo, das águas e das florestas. Em cada reunião, está sendo entregue o relatório “Diagnóstico e Recomendações para o Combate às Violações de Direitos Humanos no Campo”, além de serem discutidas estratégias específicas de enfrentamento à violência no campo para cada Ministério.

A partir do lançamento do caderno Conflitos no Campo Brasil 2022, em abril, foram realizadas reuniões e entregues relatórios aos ministérios do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Desen-

volvimento Agrário, Direitos Humanos e Cidadania e a Secretaria de Acesso à Justiça (SAJU) do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJ), solicitando a adoção de medidas efetivas de investigação de violências e punição aos culpados, sejam mandantes ou executores dos crimes.

Os principais dados apresentados pela CPT se referem aos índices alarmantes de impunidade em relação aos assassinatos decorrentes de conflitos no campo. Entre os anos de 1985 a 2021, o Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (Cedoc) registrou 1.536 casos resultando em 2.028 vítimas de homicídio, dos quais apenas 147 foram julgados, o que não chega a 10% dos crimes. “Além dessa impunidade que é recorrente, também chamamos a atenção para o crescimento do número de famílias ameaçadas de despejo no campo brasileiro”, afirma a coordenadora nacional Andréia Silvério, destacando a necessidade de atuação



Além da impunidade, a CPT chamou a atenção para o aumento dos casos de famílias ameaçadas de despejo

articulada entre os ministérios e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para construir um protocolo unificado e integral de investigação de casos, dirigido especificamente aos crimes cometidos contra pessoas defensoras de direitos humanos, conforme determinação da sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Sales Pimenta x Brasil.

Caso Sales Pimenta

Este caso é um exemplo triste e emblemático da impunidade dos crimes cometidos no campo brasileiro. Na época com 27 anos de idade, o advogado Gabriel Sales Pi-

menta, ligado à CPT e atuante no apoio à luta pela terra, foi assassinado em plena via pública no município de Marabá (PA) no dia 18 de julho de 1982, 15 dias após realizar a defesa e evitar o despejo de 150 famílias de trabalhadores rurais sem-terra.

Passados 40 anos do crime, os responsáveis pela morte de Gabriel Pimenta ainda continuam impunes, num processo marcado pela lentidão de instituições como Ministério Público e o Poder Judiciário, que até hoje nunca realizaram júri popular. Em decorrência dessa negligência e morosidade, a Corte Interamericana de Direitos Humana-

nos (CIDH) julgou e condenou o Estado brasileiro.

Outros casos somente avolumam a quantidade de processos sem resolução, como o massacre de Corumbiara/RO em 1995, com 8 sem-terra assassinados; Eldorado dos Carajás/PA em 1996 (21 trabalhadores sem-terra mortos); Pau D’Arco, também no Pará, em 2017, com 10 vítimas, e muitos outros. A conclusão da CIDH é de que há uma “impunidade estrutural”, com interferência de latifundiários nos espaços do poder Judiciário e Executivo, que silencia testemunhas, dificulta o acesso a provas e impede a efetivação da Justiça.

MEIO AMBIENTE

CONJUNTURA

Grande Região Norte realiza encontro em São Luís, Maranhão

Momento contou com formação nas temáticas de mudanças climáticas e comercialização de créditos de carbono, e seus impactos na vida dos povos e comunidades

Carlos Henrique Silva*
comunicacao@cptnacional.org.br
* Com informações da CPT Pará

Entre os dias 26 e 28 de junho, agentes da Comissão Pastoral da Terra dos regionais Tocantins, Maranhão, Pará e Amapá se reuniram em São Luís (MA), para o Encontro de Formação da Grande Região Norte.

O encontro contou com a partilha de experiências desenvolvidas pela CPT junto às comunidades, e teve uma programação marcada por vários momentos: análise da conjuntura atual, processo formativo com as temáticas “Mudanças Climáticas” e “Comercialização de Créditos de Carbono”, e construção de estratégias de ações conjuntas. Representando o Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (Cedoc), esteve presente o coordenador Tales dos Santos Pinto.

De acordo com Francisco Alan, da coordenação da CPT Pará, o objetivo principal do encontro foi mobilizar e fortalecer os regionais em ações de

des na assinatura dos contratos, e isto tem gerado conflitos que inclusive precisamos alargar a visão de como registrar, pois são novos contextos de realidade. Também atentamos para a questão das mudanças climáticas em todo o país, sobretudo na região amazônica.”

A formação foi facilitada pelo pesquisador Carlos Augusto Ramos, membro voluntário da CPT junto à equipe do Marajó (PA), região com vários territórios afetados por esta especulação. As principais reivindicações para o poder público são a cobrança de políticas de proteção do meio ambiente e também para

que seja feito o protocolo de Consulta Livre, Prévia e Informada dos Povos e Comunidades Tradicionais, previsto na Constituição brasileira.

“O encontro terminou nesta perspectiva, de pensarmos enquanto CPT e apresentarmos essa pauta de forma ampla, conhecendo os contratos que as comunidades estão tendo acesso, para que elas conheçam esse sistema a fundo e não caiam em uma cilada que possa comprometer a vida social daquele território.”

A voz dos povos da floresta

Povos indígenas, comunidades amazônicas da triplíce

fronteira Brasil, Bolívia e Peru e organizações como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) emitiram a “Carta de Assis Brasil”, publicada em 12 de junho no estado do Acre, chamando a atenção para o assédio de empresas com contratos de venda de carbono, mas que não pensam a poluição, a indústria petrolífera, o garimpo e a contaminação dos agrotóxicos, apenas comprando créditos para continuarem poluindo.

Com a pergunta instigante: “Como posso vender o que não é meu?”, os povos da floresta lembraram: “É nosso direito constitucional a demarcação e proteção dos nossos territórios, e de sermos consultados de acordo com a nossa cultura e modo de organização, sobre qualquer projeto ou política que impacte nosso território.”

“Ao invés de projetos de carbono, exigimos políticas públicas que garantam nossos direitos a terra e território, educação, saúde, água e ambiente equilibrados. Que os governos fiscalizem e multem quem realmente polui, contamina e desmata, que garantam autonomia das comunidades, para que cada uma se organize e tenha seu próprio projeto de vida, e para tal tenham suporte do poder público.”



Grande Região Norte reúne os regionais da CPT Tocantins, Maranhão, Pará e Amapá

MEMÓRIAS DA CAMINHADA

ANIVERSÁRIO CPT

Comissão Pastoral da Terra: 48 anos de luta e esperança com o povo da terra, das águas e da floresta

Rumo ao seu meio século, a CPT se vê diante de desafios que se renovam, mas permanece com o compromisso de ser instrumento de denúncia de injustiças e anúncio de um novo mundo de dignidade

Carlos Henrique Silva *
comunicacao@cptnacional.org.br
* com revisão de Antônio Canuto

O campo brasileiro é um cenário extenso de belezas, de produção de alimentos e bens naturais e culturais, mas também de muita disputa. São mais de 8 milhões de hectares em conflito, segundo o último levantamento do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (Cedoc). Uma disputa que muitas vezes gera violências, martírios e vítimas, na natureza e nos seres humanos que dela são parte. Vítimas que tombam, mas viram sementes e reforçam a luta de quem fica, por um lugar me-

lhor, por uma terra sem males.

A alta e injusta concentração de terra é um dos motivos causadores dos conflitos agrários. Segundo o último Censo Agropecuário, realizado em 2017, metade dos mais de 5 milhões de estabelecimentos rurais do país têm até 10 hectares de terra, o que se configura como pequena propriedade, que detém apenas 2,28% das terras utilizadas para a agropecuária. Por outro lado, quase 51 mil estabelecimentos rurais (cerca de 1% das propriedades) possuem mais de 1.000 hectares e concentram quase 50% das terras agrícolas.

Era numa realidade já di-

ficil na década de 1970, principalmente diante do contexto de ditadura militar, que surge a Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975. Mesmo não tendo uma ‘certidão de nascimento’, a data de 22 de junho foi definida a partir do encerramento do Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em Goiânia (GO), quando foi proposta a formação de uma “Comissão de Terras” para atender as demandas gritantes no campo.

“A CPT se inicia a partir da demanda dos povos da Amazônia, que sofriam com o projeto desenvolvimentista do governo militar quando promoveu a exploração econômica para o Centro-Norte do país. As empresas atraíram trabalhadores principalmente do Nordeste, pessoas que sofriam péssimas condições de trabalho análogo à escravidão.

Povos indígenas e camponeses locais também sofriam com o avanço da criação do gado e do desmatamento da floresta, e a denúncia dessas violações era reprimida pelo Estado”, destaca Ronilson Costa, que integra a Coordenação Nacional da CPT.

Todo esse clamor dos povos indígenas, comunidades, posseiros e pessoas trabalhadoras, atraiu a atenção de religiosos católicos e de outras igrejas cristãs, que acompanharam e escolheram ficar do lado do povo, na luta pelos direitos dessas populações mais vulneráveis. Dentre essas lideranças, bispos como Dom Pedro Casaldáliga e Dom Tomás Balduino, além de freiras, padres e leigos dedicaram suas vidas, algumas vezes até perdendo-as de forma violenta, em troca de partilha, fraternidade e comunhão.

Ao longo do tempo, o foco principal da CPT con-

tinuou sendo o de defender as causas de trabalhadores e trabalhadoras do campo, e de ser um suporte para a sua organização.

O agricultor Célio Carmo Ferreira, do Assentamento Dom Tomás Balduino, no município de Goiás (GO), relembra esta caminhada. “A CPT sempre esteve presente nos nossos momentos bons e também nos difíceis, de perseguição e ameaças de morte. Mas como diz o ditado, ‘ninguém sabe o que o calado quer’, então nunca nos calamos pra lutar pela terra e por nossos direitos no coletivo. Hoje a gente tem grupos de mulheres formados, fortalecimento da comercialização na feira e muitas outras conquistas além da terra”, afirma Célio.

Outras causas, como a das famílias sem terra e as atingidas pelas barragens para a construção de hidrelétricas, estimularam a criação de mo-

vimentos como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), dentre outros.

Centro de Documentação

Para reforçar a luta pelos direitos, a CPT criou um setor de documentação que registra constantemente os conflitos e a violência no campo, suas causas e as populações atingidas, a partir de informações coletadas nas bases regionais da instituição e outras fontes. Hoje chamado Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, o Cedoc recebeu esse nome em homenagem ao trabalho pastoral e o compromisso do Dom Tomás com as causas dos povos do campo. Os dados são publicados anualmente no caderno Conflitos no Campo Brasil, que este ano completa 40 anos de lançamento e serve como principal fonte de informação,

análise e reivindicação por justiça e pelo fim da impunidade.

Desafios no rumo dos 50 anos

Caminhando rumo ao seu meio século de existência, a CPT se vê diante de desafios que se renovam a partir das mudanças sociais, políticas e culturais do país e do mundo. De acordo com Isolete Wichinieski, também da Coordenação Nacional da CPT, o que permanece é o compromisso da organização em ser instrumento de luta junto aos povos, tanto de denúncia de injustiças quanto de anúncio do Evangelho.

“Ao longo da caminhada, fomos agregando diversas pautas, seja na denúncia da destruição de nascentes, da contaminação pelos agrotóxicos, dos danos causados pelas mineradoras e dos incêndios criminosos provocados pelo agronegócio. Outras articu-

lações foram surgindo, em defesa do Cerrado e da Amazônia, pelo protagonismo das mulheres, da juventude camponesa, pelo respeito a todas as diversidades dos povos do campo, das águas e da floresta. Em tudo isso, a CPT reafirma que, mesmo não sendo um movimento social, caminha junto com os movimentos e mantém seu caráter pastoral no protagonismo das comunidades.”

Como afirma a pastora metodista e agente pastoral da CPT Bahia, Nancy Cardoso, durante o último Congresso Nacional: “A CPT não é a caneca, nem a água: é só a sede, a vontade de beber. Mas a caneca de muitos usos e a fonte, é o povo quem traz”, demonstrando que a sede de justiça e de um mundo novo são os sentimentos e motivações que guiam a instituição, mesmo com as suas muitas jornadas e memórias.

Mártires

Presentes, presentes, elas e eles estão presentes!



19 trabalhadores rurais sem terra em Eldorado dos Carajás

Fotos dos arquivos da CPT e dos Movimentos Sociais

Datas importantes da Comissão Pastoral da Terra

<p>1975 Fundação da CPT com Dom Pedro Casaldáliga e Dom Tomás Balduino</p> 	<p>1985 Conflitos de Terra no Brasil Comissão Pastoral da Terra</p> 	<p>1986 Publicação do I Caderno Conflitos no Campo 1985</p> 	<p>1997 Lançamento da Campanha Nacional "De Olho Aberto para não Virar Escravo"</p> 	<p>2001 I Congresso Nacional - Terra, Água e Direitos (Bom Jesus da Lapa/BA)</p> 	<p>2005 II Congresso Nacional - Fidelidade ao Deus dos pobres e aos pobres da terra (Goiás/GO)</p> 	<p>2010 III Congresso Nacional - Biomas, Territórios e Diversidade Camponesa (Montes Claros/MG)</p> 	<p>2015 IV Congresso Nacional - "Faz escuro, mas eu canto!" (Porto Velho/RO)</p> 	<p>2016 Lançamento da Campanha Nacional em Defesa do Cerrado</p> 	<p>2022 Lançamento da Campanha Nacional Contra a Violência no Campo</p> 
---	--	--	---	---	---	--	---	---	--

CAMPANHA DA FRATERNIDADE

SOLIDARIEDADE

“Dia de Doar”: CPT lança campanha para incentivar doações

A iniciativa procura sensibilizar pessoas e grupos que se relacionam com a CPT para a doação de forma individual e em suas paróquias e comunidades

Carlos Henrique Silva
 comunicacao@cptnacional.org.br

Aproveitando a celebração do Dia do Agricultor e da Agricultora e do Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, em 25 de julho, a Comissão Pastoral da Terra lançou uma campanha de solidariedade e partilha, com o objetivo de mobilizar e incentivar doações e financiadores em todo o país, voltadas a fortalecerem o serviço pastoral, educativo e transformador da instituição.

A campanha do “Dia de Doar”, como é conhecida, está sendo realizada nas comunidades, dioceses, paróquias e pastorais, que são incentivadas a formarem uma rede solidária em apoio aos grupos e famí-

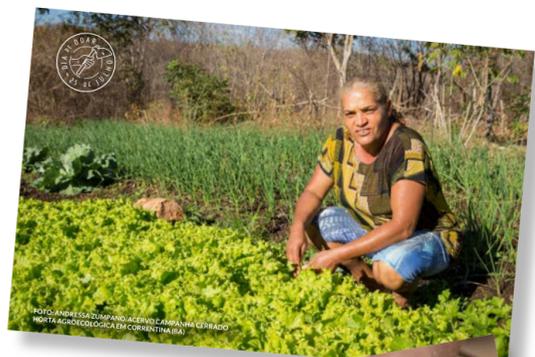
lias apoiadas diretamente pela Pastoral. Agentes pastorais das regionais e comunidades camponesas também estão incluídas.

A campanha mobiliza as comunidades e paróquias para realizarem uma celebração em memória do trabalho da CPT, com o mote da Campanha “Fraternidade sem Fome”. Um material de apoio à liturgia da celebração já está sendo distribuído, com as leituras bíblicas, orações, louvores e o momento de coleta.

“Os recursos arrecadados serão destinados às ações de produção de alimentos, à defesa do direito à terra/território, às Romarias da terra e das águas, ao acompanhamento e assessoria jurídica, à formação bíblico-pastoral, às celebrações das festas da colheita, entre mui-

tas que são realizadas a partir da realidade de cada regional”, afirma a carta assinada por Dom José Ionilton e Dom Silvio Gueterres, presidente e vice da CPT, direcionada aos bispos e demais lideranças da Igreja, em suas diversas regiões.

Através do site www.cptnacional.org.br e das redes sociais, uma série de conteúdos da Campanha “Fraternidade Sem Fome” está sendo veiculada, mostrando experiências agroecológicas de diversas comunidades em todo o país. Outros materiais também estão sendo entregues pela Secretaria Nacional da CPT e ainda podem ser solicitados através dos contatos: WhatsApp (62) 99268.6837 ou e-mail sustentabilidade@cptnacional.org.br.



Divulgação

Campanha conta com diversos materiais impressos e online para reforçar a cultura da doação



Como fazer parte desta rede de solidariedade?

1. Apoiando as comunidades camponesas, os trabalhadores e trabalhadoras rurais e fortalecendo as ações da CPT na sua Diocese ou Paróquia;
2. As Congregações Religiosas podem motivar seus membros a

participarem das equipes da CPT em suas localidades;

3. Realizando a Coleta no final de semana próximo ao Dia de Doar (25 de julho) e destinando os recursos para a CPT. Abaixo você encontra os dados para envio:

Razão Social: Comissão Pastoral

da Terra / Caixa Econômica Federal - Agência 4520 - Operação 003 - Conta 648-6 / CNPJ/PIX: 02.375.913/0001-18

4. Enviando uma doação à Comissão Pastoral da Terra em qualquer época do ano (saiba como ser doador ou doadora permanente: bit.ly/campanha-permanente-solidariedade-cpt)

5. Divulgando o material da campanha da doação;

6. Fazendo ou renovando a assinatura do Jornal Pastoral da Terra - preencha e envie para a CPT a ficha que está em nossa última página, ou através dos contatos: WhatsApp (62) 99268.6837 ou e-mail sustentabilidade@cptnacional.org.br.

MOVIMENTOS

GRITO 2023

Os gritos que ecoam num Brasil com fome e sede

Júlia Barbosa
julia@cptnacional.org.br

Há 29 anos, sempre no dia 7 de setembro, milhares de brasileiras e brasileiros ecoam gritos de resistências, de lutas e de denúncias por todo o território nacional. O Grito dos Excluídos e Excluídas, em contraponto ao grito da independência, é uma manifestação popular, coletiva, carregada de memórias e símbolos que fundamentam as lutas dos povos do campo, da cidade, das águas e da floresta. Em 2023, o tema que acompanha o lema permanente do Grito, “Vida em Primeiro Lugar”, traz um questionamento instigante: “Você tem fome e sede de quê?”.

Esse tema acompanha a Campanha da Fraternidade, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que em 2023 propõe reflexões e ações em torno da temática “Fraternidade e Fome”. Em uma conjuntura de aprofundamento da insegurança alimentar e de acirramento dos conflitos por terra, água e território, o questionamento busca respostas coletivas aos diversos enfrentamentos vivenciados cotidianamente pelos excluídos e excluídas do Brasil.

Assim, o Grito é plural e ecoa-se em outros vários: o grito por políticas públicas de combate à fome; o grito contra a violência que vitima o povo preto e pobre nas periferias; o grito de resistência das mulheres e da população LGBTQIA+; o grito em defesa dos territórios indígenas e quilombolas; o grito por habitação digna nas cidades e pela reforma agrária; o grito pela democracia, pela soberania e por direitos plenos.

Dessa forma, ele se faz denúncia, mas também anúncio de um esperar na luta que inspira brasileiras e brasileiros a pensar e construir, coletivamente, um novo Brasil. Por isso, não se pode entendê-lo como uma ação pontual ou anual, pois não começa e nem termina no 7 de setembro, mas como um processo concebido no dia a dia dos trabalhadores e trabalhadoras, no imaginário popular, no comprometimento com as causas da vida e nos silêncios que também compõem a luta.

7 de setembro

Desde 1995, ano de sua criação, o Grito dos Excluídos e Excluídas concentra suas atividades e mobilizações no dia

7 de setembro, data em que é celebrada a independência do Brasil, aquela que é lembrada por um grito solo às margens do Rio Ipiranga. Por isso mesmo, a fim de questionar que independência é essa e para quem ela se apresenta, esse contra-grito é entoado por multidões que ainda hoje lutam por suas independências. “Nesta perspectiva, o Grito se propõe a superar um patriotismo passivo em vista de uma cidadania ativa e de participação, colaborando na construção de uma nova sociedade,

justa, solidária, plural e fraterna. O Dia da Pátria, além de um dia de festa e celebração, vai se tornando também em um dia de consciência política de luta por uma nova ordem nacional e mundial”, como explica a carta de apresentação.

As mobilizações acontecerão por todo o país e conta com a construção coletiva de diversas pessoas, grupos, entidades, igrejas e movimentos populares comprometidos com as

No dia 7 de setembro, o Grito dos Excluídos e Excluídas 2023 tomará as ruas de todo o país por direitos e pela vida

causas dos excluídos e excluídas. Por isso, é importante que cada um e cada uma que queira se somar ao processo busque, em seus locais de re-existências, fortalecer as equipes regionais que organizam as ações em cada localidade, entoando gritos insurgentes que serão ouvidos por todo o Brasil.



Francisco Daniel A. Moreira

MULHERES

MARCHA DAS MARGARIDAS 2023

Da luta eu não fujo!

Júlia Barbosa
julia@eptnacional.org.br

Com o lema “Margaridas em Marcha pela Reconstrução do Brasil e pelo Bem Viver”, a 7ª edição da Marcha das Margaridas irá reunir milhares de mulheres do campo, das águas e da floresta, em Brasília/DF, nos dias 15 e 16 de agosto de 2023. Organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag) e por

16 organizações parceiras, a Marcha representa a luta por um Brasil sem violência, democrático e com soberania popular.

Desde sua criação, no ano 2000, a cada quatro anos, a Marcha reúne mulheres para marchar em busca de reconhecimento social e político, cidadania, autonomia econômica, igualdade e liberdade, além de denunciar a exploração, o machismo e todas as formas de violência. Ao longo da história, se tornou

a maior ação protagonizada por mulheres na América Latina, sendo uma demonstração da resistência e da força organizativa das lutadoras camponesas do Brasil.

Em defesa da vida e de seus territórios, as Margaridas representam as diversidades dos seres sociais do campo, das águas e da floresta, e expressam suas lutas históricas e cotidianas na busca pelo bem viver. De acordo com Mazé Morais, secretária de Mulheres da Contag e coordenadora geral da Marcha das Margaridas 2023, além de despertar e esperançar as mulheres para a luta, a Marcha também representa um projeto político para a sociedade, em um contexto de aumento da fome e pobreza, violações de direitos, ameaças à democracia e de diversos retrocessos. “Esse enfrentamento passa pela reconstrução de políticas públicas interrompidas ou prejudicadas nos últimos anos”, afirma Mazé.

Diante disso, em junho deste ano, a Contag e as organizações parceiras entregaram uma pauta de reivindicações ao governo federal e ao Congresso Nacional, a fim de apresentar as demandas e prioridades das mulheres do campo, das águas e da

Mulheres do campo, das águas e da floresta se preparam para a 7ª Marcha das Margaridas, que acontece nos dias 15 e 16 de agosto, em Brasília



Júlia Barbosa

Mulheres em luta na última Marcha das Margaridas, em 2019

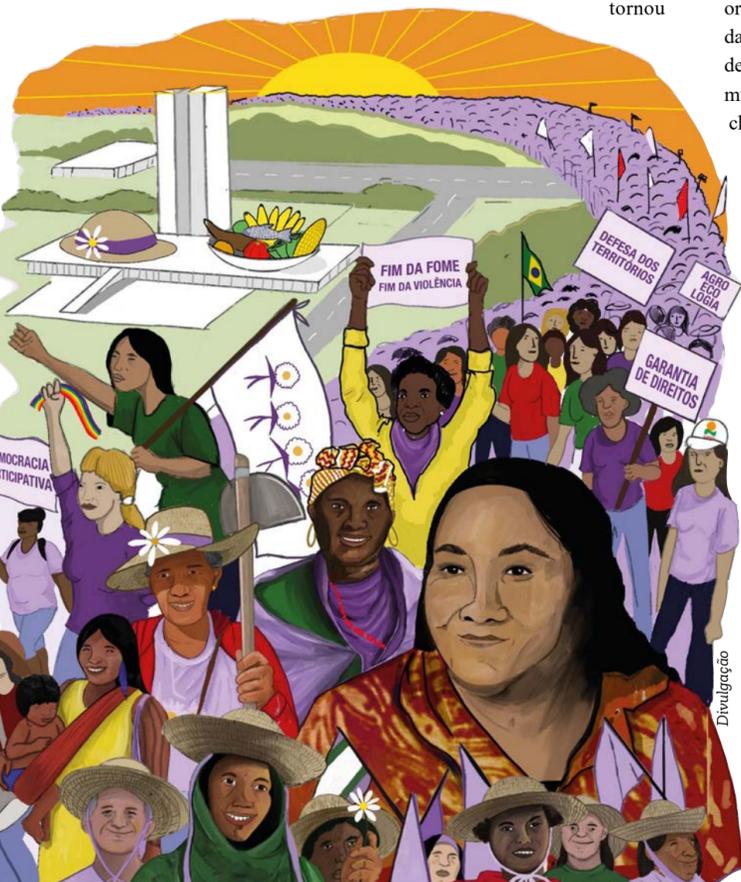
floresta, além de estabelecer diálogos e negociações com o Executivo e o Legislativo. O documento, organizado em 13 eixos temáticos, denuncia propostas que ameaçam a vida das mulheres e defende projetos que fortalecem suas existências, além de propor reformulações e ações concretas para a garantia de direitos e do bem viver.

Nesse sentido, Mazé afirma que quando as Margaridas apontam o Bem Viver como o sentido do Brasil que elas querem reconstruir, elas estão reafirmando possibilidades de um país livre de violências e desigualdades, sem fome e sem pobreza, e com autonomia sobre seus corpos-territórios. “O Bem Viver que as Margaridas anunciam se estabeleça a partir de relações que

cultivam o respeito e a valorização de todas as formas de vida”, declara Mazé.

Sementes de Margarida

Este ano, a 7ª edição marca os 40 anos do assassinato de Margarida Alves, que inspira a luta e a marcha das mulheres. Em 12 de agosto de 1983, a trabalhadora rural e líder sindical teve sua vida brutalmente ceifada por defender o direito à terra e a reforma agrária, por sua trajetória de luta incansável por vida digna no campo. “É melhor morrer na luta do que morrer de fome”, afirmava Margarida, com uma insurgência e rebeldia que se tornaram adubo para as sementes que hoje dão continuidade ao seu legado de insubmissão e resistência, pois Margaridas não fogem à luta.



Divulgação

NUESTRA AMÉRICA

Exploração do lítio é tema de protestos e repressão na Argentina

Em documento dirigido à comunidade internacional, diversas representações humanistas denunciam a repressão desatada pelo governador da província argentina de Jujuy, Gerardo Morales, que tem reprimido os protestos pacíficos de trabalhadores da educação, povos indígenas nativos, organizações sociais e sindicais, camponesas e povoados. Os protestos são contra as mudanças na Constituição local, aprovadas sob críticas da população e parlamentares. A forte repressão da polícia deixou ao menos 170 pessoas feridas, 69 presas, duas mutiladas e uma lutando pela vida.

A ofensiva de Morales é parte da sua campanha política à vice-presidência da Argentina. Morales e seus sócios são atualmente os principais beneficiários da extração e exportação do lítio na Ar-



Prensa Tupac

Governo de Jujuy fez modificações na Constituição local

gentina. O país tem uma das maiores reservas do mineral no mundo, junto com o Chile e a Bolívia. O mineral é utilizado em baterias de celulares, notebooks, automóveis e na composição de medicamentos psiquiátricos. Uma das propostas da reforma autoriza o governo provincial a entregar terras públicas a empresas

privadas, para exploração de minérios. Em parte dessas terras públicas, muitas comunidades indígenas vivem da agricultura. A extração em larga escala acaba produzindo uma alta contaminação da água para o consumo humano, animal e de irrigação.

Fonte: Pressenza

La Via Campesina prepara 8ª Conferência Internacional na Colômbia

Celebrando 30 anos do movimento camponês na Nicarágua, a Coordenação Latinoamericana de Organizações do Campo (CLOC) prepara a realização da 8ª Conferência Internacional do movimento La Via Campesina, de 21 a 28 de novembro em Bogotá, Colômbia. Pioneira na luta por justiça social da produção de alimentos, La Via Campesina

aponta como conquistas a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses e Outras Pessoas que Trabalham em Zonas Rurais (UNDROP), adotada em 2018.

Na Conferência, os movimentos do campo irão refletir e propor soluções viáveis da agricultura familiar e camponesa em um mundo no qual se enfrentam diversas crises

multidimensionais, incluindo os desafios da crise climática que altera o calendário agrícola, além da crise alimentar e das guerras, consequência de um modelo de desenvolvimento agressivo que promove incêndios florestais, perda das fontes de água e vida silvestre e desequilíbrios na natureza.

Fonte: CLOC / La Via Campesina

Movimentos sociais denunciam água como mercadoria em meio à seca no Uruguai

No primeiro país do mundo a consagrar o direito à água potável em sua Constituição, esse bem precioso está se tornando escasso. Devido ao fenômeno La Niña e outras causas ligadas ao aquecimento global, o Uruguai atravessa um longo período de seca desde 2020. Em meio às providências que vêm sendo buscadas pelo governo, as organizações sociais protestam contra a prioridade dada às grandes empresas, em detrimento da população mais vulnerável.

“Não é uma seca, é um saque”, protesta a organização ambiental Redes – Amigos de la Tierra. A

ONG aponta que fábricas de celulose, empresas de cultivo de arroz e produtores de soja usam enormes quantidades de água sem ter que pagar impostos. Cerca de 80% da água doce vai para a agricultura e a indústria florestal, um consumo excessivo de água em atividades que não são o consumo humano ou a natureza. Por isto, são necessárias medidas contra a mercantilização da água potável, além da construção de cisternas, recuperação de nascentes e restrições ambientais aos grandes empreendimentos.

Fonte: REDES Amigos de la Tierra Uruguay



Camilo dos Santos / La Diaria Política

Crise hídrica se prolonga há três anos no país

PÁGINA BÍBLICA

REFLEXÃO

Ver a realidade da fome

Nesta edição, damos continuidade na partilha de alguns trechos do texto base da Campanha da Fraternidade 2023

Evangelho de Mateus
Capítulo 14, versículo 14

“Ao desembarcar, Jesus **VIU** uma grande multidão. Encheu-se de compaixão por eles e curou os que estavam enfermos.”

29. A FOME é uma realidade no Brasil. E este fato não pode ser negado. Ela é o flagelo de uma multidão de brasileiros. Mas, no Brasil, não falta alimento. A cada ano, o país bate recordes de produção, dentre os quais, milho, soja, trigo, cana de açúcar, carne etc. O que então nos falta? Falta-nos converter-nos ao Evangelho, olhar com sinceridade as necessidades do outro, aprender a repartir para que ninguém fique com fome, edificar aqui e agora o Reino de Deus que buscamos e que se realizará em plenitude na eternidade.

31. A fome foi radicalizada pela pandemia da COVID-19, que enfrentamos desde março de 2020 e que, com certeza, marcará todas as nossas ações nesta década. A fome no Brasil é um escândalo de proporções inimagináveis. Em nosso país, há 125,2 milhões de brasileiros que nunca sabem quando terão a próxima refeição. Tudo começa com um ato de ver: é preciso fazer como Jesus: “levantar os olhos e **VER**” a realidade da fome no Brasil.

35. Os direitos humanos foram assumidos pela Doutrina Social da

Igreja na Carta Encíclica Pacem in Terris (1963), de São João XXIII, publicada na comemoração do 150 aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), pela Organização das Nações Unidas (ONU) e reverberaram fortemente na Constituição Pastoral Gaudium et Spes do Concílio Vaticano II: “Portanto, é preciso que se tomem acessíveis ao homem todas as coisas de que necessita para levar uma vida verdadeiramente humana, como o **alimento** (...)”

39. A alimentação saudável não pode ser considerada apenas uma questão de solidariedade. **Ela é um direito.** E, como tal, deve ser garantida pelo Estado a todos os seus cidadãos.

44. Os pobres são as primeiras vítimas da subnutrição e da fome no mundo. (...) No seio de uma população pobre, as primeiras vítimas são sempre os indivíduos mais frágeis: crianças, mulheres grávidas ou em período de amamentação, enfermos e pessoas idosas, (...) as pessoas refugiadas ou deslocadas e as vítimas de vicissitudes políticas.

46. Uma das primeiras causas da fome no Brasil é a sua **estrutura fundiária**, ou seja, como a terra foi historicamente e continua a ser distribuída no Brasil. Quando falamos da terra, estamos falando de um tipo especial de bem econômico, um dom dado por Deus a toda a humanidade. (...) Nos países de ocupação mais recente, (...) como é o caso do Brasil, a divisão do espaço rural foi realizada de maneira diferente e irregular, por meio do estabelecimento dos latifúndios. Essa distribuição da terra é excludente e causadora de enormes desigualdades socioeconômicas. Urge uma justa redistribuição de terra!

47. Some-se a isso, uma **política agrícola perversa, que coloca o sistema produtivo a serviço do sistema econômico-financeiro**, destinando enorme incentivo financeiro ao agronegócio exportador, que concentra grande parte da produção na forma de commodities, a serviço das paixões do mercado internacional, que define o que se deve e o que não se deve plantar e colher, conforme as exigências e valorizações do mercado internacional e não da alimentação e da nutrição da nossa população. Ao mesmo tempo, trata com desdém, burocratização e cortes significativos a agricultura familiar, que produz mais alimento para a mesa dos brasileiros. A presença do agronegócio, por um lado, gera receitas e aquece o mercado ex-

terno e a exportação dos produtos agrícolas, no entanto, muitas vezes, não promove nem o abastecimento nem o desenvolvimento local. Por outro lado, a presença das pequenas propriedades permite maior diversificação da produção agrícola para o consumo, além da movimentação econômica local. No Brasil, em geral, não se produz para comer. Produz-se para lucrar e exportar.

85. A fome tem implicações ecológicas. Ela destrói um projeto de Casa Comum. Como falar de Casa Comum se muitos habitantes desta casa, nossos irmãos e irmãs, vivem ou morrem diariamente com fome? Discutir a fome é discutir o modelo econômico que alimenta ou não os habitantes da Casa Comum, em um projeto de fraternidade universal.

88. Impossível falar sobre alimentação saudável sem considerar aqui a questão dos **agrotóxicos**. Combater a fome é construir saúde humana e ambiental. O Brasil é campeão mundial de uso de defensivos agrícolas, é o principal destino de agrotóxicos barrados no exterior. (...) Aqui usamos defensivos que foram proibidos em 1985 na União Europeia. Aqui aplicamos dezenas de agrotóxicos por avião, perto de casas, hortas, animais, nascentes de rios e córregos, coisa que é proibida em outros países. Nossas fontes hídricas são contaminadas e até mesmo no leite materno já foi identificada a pre-

sença de agrotóxicos.

Onde todos são irmãos, não há lugar para a fome

112. Depois de lançar o olhar sobre a realidade da fome em nosso país, uma inquietude deve ter tomado conta do nosso coração: nosso Brasil, terra rica, bela e abundante, cheia de um povo bom e solidário, não se parece com o Reino desejado por Deus e apresentado por Jesus. **Aqui, nem todos têm vida em plenitude!** Ainda não somos verdadeiramente irmãos e irmãs! Nosso País não é ainda nossa Casa Comum! Não formamos uma só família, dos filhos e filhas de Deus! Se assim fosse, a ganância, o individualismo, o domínio dos interesses individuais e, sobretudo, a fome não existiriam entre nós, ceifando vidas. Mas, **não podemos deixar de sonhar o sonho de Deus.** É preciso levantar a cabeça e deixar que o projeto de Deus tome conta de nós e nos inspire como pessoas, como empresas, como comunidades fecundadas pelo evangelho da partilha, em vista de um mundo novo.

113. O papel da Igreja é profético. Cabe-nos defender os interesses de Deus, que são os interesses do pobre, do faminto. A fome ofende a Deus. A solução são políticas públicas eficazes. Não basta a solidariedade. “Se eu tenho fome, o problema é meu. Se meu irmão tem fome, o problema é nosso”, dizia o servo de Deus, Dom Helder Câmara.

EXPERIÊNCIAS

BEM VIVER

Agroecologia, um modo de vida

Do campo à mesa, princípios agroecológicos conectam natureza, agricultores e consumidores em produção saudável e consciente

Rosangela Ap^a Pedrosa *
Agente Voluntária da CPT - Regional MS, Tecnóloga em Agroecologia, Especialista em Agroecologia, Produção e Extensão Rural. Agricultora Camponesa. Revisão: Heloisa Sousa

Sou filha de agricultores e tenho três irmãs. Meus pais, Agrinaldo (in memoriam) e Vilma, se preocuparam em ensinar para as quatro filhas, desde que éramos crianças, cada uma em seu tempo e idade, as tarefas da lida no campo. Meus pais trabalhavam em lavouras de café, mas não como proprietários, eram meeiros. Cuidavam da lavoura durante todo o ano; faziam a colheita e da produção tinham uma parte. Morávamos no estado do Paraná até 1979, quando decidiram vir para o Mato Grosso do Sul, município de Ivinhema. Aqui a lavoura continuou o café e o sistema de meeiro se manteve por mais de 15 anos. Aqui cresci e estudei. Fui catequista na comunidade, participei do grupo de jovens da Pastoral da Juventude Rural (PJR) organizada e assessorada no início pela Comissão Pastoral da Terra – Diocese de Dourados (MS).

Foi na PJR que tive o meu primeiro contato com o tema

agroecologia e agricultura alternativa. E foi participando de cursos, seminários e congressos que escolhi a agroecologia como modo de vida. Afinal, era uma proposta, um novo jeito de trabalhar na agricultura e na produção de alimentos, livre de agrotóxicos, baseada em insumos alternativos e naturais que tínhamos no quintal. Comecei a praticar a utilização de adubos verdes: mucunãs, feijão guandu.

No ano de 2006 surgiu a oportunidade de estudar no Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia da Via Campesina, em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR). Essa formação contribuiu para que eu pudesse aprimorar meus conhecimentos sobre conceitos e práticas em agroecologia não somente na produção, mas também nas relações sociais, econômicas, culturais e ambientais. Ao concluir o curso de Tecnologia em Agroecologia adquirimos, com recursos do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), 11 hectares do sítio em que meu pai trabalhava como meeiro. Hoje temos a terra em nossas mãos.

Um dos meus objetivos ao concluir o curso foi permanecer no sítio e aplicar na propriedade os conhecimentos adquiridos desempenhando o processo de acompanhamento para melhorar as práticas de manejo, aumentar a produção e a renda familiar. Atualmente temos uma produção diversificada, agroecológica e orgânica, com Certificado de Produção Orgânica pelo Sistema Participativo de Garantia (SPG) e pelo Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (Opac) da Rede de Agroecologia Associação de Produtores Orgânicos do MS (APOMS). A produção de hortaliças é certificada e comercializada diretamente ao consumidor, via delivery, e para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), via cooperativa Cooperapoms.

Além da horta, temos a produção de leite, que é fonte de renda mensal na unidade de produção; a alimentação dos animais, basicamente composta de pastagem e capineira. Na produção agroecológica, os animais e aves são fundamentais: fornecem o leite, carne, ovos e seus derivados para alimentação familiar e colaboram para melhorar a fertilidade do sistema. A pequena criação de tilápia é para

o consumo e lazer familiar. O cultivo de 300 pés de café é para o consumo familiar e o excedente é comercializado direto ao consumidor, torrado e moído. Como cultivo principal temos 1.000 pés de urucum, corante natural, com a produção maior sendo vendida in natura e outra pequena parte transformada em colorau e comercializada de forma direta.

Na agroecologia, um dos princípios fundamentais é produzir para o consumo familiar, aproveitar o que se produz no agroecossistema e agregar valor à produção, para melhorar a renda familiar. A agroecologia para mim é um modo de vida em que tudo está interligado: as pessoas, os animais, as plantas e as forças da natureza. Um não vive sem o outro, por isso a necessidade de enriquecer a cada dia o sistema com coisas novas. Novas plantas, novas flores, novos animais, novos pássaros, novas relações entre as pessoas e o meio ambiente.



GALERIA

Elisclésio da Silva Makuxi



Dom Tomás Balduino, Semeador de Esperança

[...] Dom Tomás era um homem mais do que de horizontes, não trabalhava só com o que via à frente dele. Era um homem do infinito, do transcendente, via aquilo que não víamos. A caminhada dele com os povos indígenas e na luta pela terra era para tornar possível na história o protagonismo dos pequenos, dado como impossível pelas elites. [...] Então, era um homem da esperança, por isso, no seu Centenário, o semeador de esperança. [...] É muito importante manter viva a memória deste homem que foi capaz de encantar as pessoas na comunicação, na educação, na saúde e em muitos outros campos, sempre ao lado dos pequenos. [...] O convite que recebi de Dom Tomás para, desde a aurora, ter como companheiras a esperança, a indignação e a coragem, eu estendo a você.

(Trecho do texto-homenagem ao Centenário de Dom Tomás Balduino, por Flavio Alves Barbosa, professor, educador popular e integrante da Comissão Centenário de Dom Tomás. Acesse na íntegra em www.cptnacional.org.br).

Contribua com o trabalho da CPT, assine o Jornal Pastoral da Terra!

Assinatura Anual: R\$ 30,00 | Solidária: R\$ 50,00 | Exterior: US\$ 20,00

Dados para Depósito ou Transferência:

Comissão Pastoral da Terra
Caixa Econômica Federal
Agência 4520 - Operação 003
Conta 648-6
PIX/CNPJ: 02.375.913/0001-18

Envie seu comprovante, dúvidas e sugestões para:

E-mail:
sustentabilidade@cptnacional.org.br
WhatsApp:
(62) 99268.6837

Este jornal tem a certificação da responsabilidade florestal FSC e é feito com papel de plantação bem manejada.



Comissão Pastoral da Terra

Correios

Impresso
Pode ser aberto pela ECT

Secretaria Nacional:
Rua 19, n° 35, Ed. Dom Abel,
1° andar, Centro. CEP
74.030-090 - Goiânia-GO

Impresso

Via Aérea